

HOMENS E MULHERES NOS ASSENTAMENTOS: VIOLÊNCIA, RECUSA E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODO DE VIDA

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE¹

Luís Antonio BARONE²

- **RESUMO:** O artigo trata da construção da experiência de assentamentos rurais no bojo dos conflitos entre as imposições do projeto estatal e a tentativa de construção de um novo modo de vida por parte dos trabalhadores assentados. Essas tensões explicitam e dissimulam violências, presentes também no cotidiano dos assentados, em suas relações de gênero, parentesco e produção. Verificam-se, sempre tendo como base a perspectiva das mulheres, episódios de recusa e resistência ao que lhes é imposto.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos rurais; relações de gênero; sociabilidade rural; movimentos sociais no campo; modo de vida.

Introdução: contextualizar é preciso

O tema será discutido com base na análise de experiências concretas de assentamentos rurais, confrontando a política estatal traçada para tais projetos e o que vem sendo efetivamente a participação/exclusão das mulheres na constituição desse novo modo de vida que tem, ainda, desafiado previsibilidades e estilhaçado categorias teóricas. Parte-se do princípio de que os assentamentos, processos sociais complexos (Ferrante, 1995a,b), apresentam à análise, em seus diferentes

1 Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

2 Departamento de Ciência e Tecnologia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – 19060-900 – Presidente Prudente – SP.

momentos constitutivos, elementos para a problematização dos espaços femininos e masculinos no interior do modelo estatal de reforma agrária e nas experiências concretas dos assentamentos, nas quais detecta-se a produção de inúmeras formas de violência, e uma delas, a violência de gênero, será preocupação central neste trabalho.

Contrapondo-se às idealizações estatais, nas quais configura-se um determinado tipo ideal de assentado e de assentamento, a rede das relações constitutivas desse novo modo de vida apresenta um grau de complexidade que escapa ao "olhar" institucional dos agentes burocráticos. Observa-se a imposição, em face das mulheres, de uma organização social de gênero cotidianamente alimentada e geradora de exclusões. Tal ordem, no entanto, comporta estratégias de recusa por parte desse segmento social. A mulher, assim como o homem assentado, busca se firmar num terreno movediço de regras desconhecidas e violências dissimuladas. Pesa sobre ela, além disso, a violência às vezes explícita do patriarcalismo.

Como material empírico, analisam-se os assentamentos formados em sua maioria por ex-bóias-frias localizados no decantado paraíso da modernização da agricultura paulista. Nos seis núcleos de assentamentos analisados na região – cinco da Fazenda Monte Alegre e um da Fazenda Bela Vista do Chibarro (nos municípios de Araraquara, Matão e Motuca) –, cerca de 370 famílias encontram-se assentadas. Desse total, 344 encontram-se em situação regularizada de acordo com as normas fixadas, das quais 48 são titulares mulheres; 23 estão em condição irregular, por terem entrado na terra sem seleção ou cometido outra transgressão (má utilização do lote, arrendamento para agricultores de fora do projeto, invasão de reserva natural).

Nos núcleos da Fazenda Monte Alegre, as mulheres assentadas (titulares) representam 11% e, na Bela Vista, 15%. Esses números se apresentam dentro da média, se compararmos o percentual da distribuição dos beneficiários segundo o sexo, no I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1996). Nele, por exemplo, o percentual de presença feminina na titularidade do lote chega a 13,26% nos assentamentos do Estado de São Paulo, tendo uma pequena variação para baixo (12,62%) no conjunto do país (Censo, 1996, cf. Tabela 1.7 dos anexos). Ressaltamos que o Censo realizado pelo Incra e pela Universidade de Brasília só cobriu os assentamentos realizados pelo governo federal, embora não pareça que haja grande variação se tomarmos a realidade das experiências de assentamentos regionais – sobretudo em São Paulo.

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo (Ferrante & Bergamasco, 1995), 66,5% dos assentados nes-

ses núcleos vieram da condição de assalariados rurais (bóias-frias das lavouras de cana e laranja). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais; a seguir, encontra-se o núcleo I do mesmo assentamento, com 71% de frequência e o núcleo II, este com 65% de ex-assalariados rurais. No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural (p.32). Nesse último projeto, a participação de trabalhadores com passado de agricultor é bem maior, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo – onde a proletarianização não é tão intensa – e até de outros estados, como Minas Gerais e Paraná.

A forma de organização e a maneira de encaminhar o processo que os levou até a condição de assentados varia desde um processo de seleção realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), seu sucedâneo, o Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) e o Incra, até a ocupação seguida de algum conflito. Destaca-se nesse processo a atuação do sindicato de Araraquara, um STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) que em 1989 lidera o movimento de criação da Feraesp (Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo), tornando-se Sindicato dos Assalariados Rurais. Respondendo a diferentes demandas, essa entidade organiza os trabalhadores e intermedeia, quase exclusivamente, os processos de negociação para regularização e entrada na terra, tanto do projeto Monte Alegre quanto do projeto Bela Vista do Chibarro.

São poucas as mulheres que participam do processo de organização para possíveis ocupações na terra, neste caso, o que não significa desinteresse ou não participação no movimento propriamente dito. O processo de luta pela terra desenvolvido nessa mesma região, num momento posterior à instalação dos projetos por nós analisados, comporta, inclusive, a liderança de uma mulher – Carlita, sindicalista ligada à Feraesp, que capitaneia a ocupação do Horto Guarani (Pradópolis) em 1992.

Instalados a partir do ano de 1985, a trajetória desses assentamentos compõe um panorama complexo, no qual entram dificuldades econômicas e político-organizacionais. Expressões de violência programada por parte do Estado se contrapõem a estratégias familiares, que têm criado condições para viver melhor na terra.

A cultura da dívida continua alimentando a atuação do poder público local em face dos assentamentos. Os assentados com frequên-

cia se submetem à despolitização atribuída à condição de beneficiários, ainda que existam exceções, observando-se situações de reinversão dos atributos de passividade a eles impostos pelo modelo estatal, revestidos, no caso das mulheres, de um caráter acentuadamente patriarcalista, tema que será abordado mais adiante.

O empreendimento do Estado de buscar orquestrar a interação entre os trabalhadores assentados e os demais agentes sociais envolvidos nas experiências de assentamentos não é levado adiante sem tensões e/ou expressões de recusa ao modelo estatal. Há estratégias familiares que contrariam os padrões de sociabilidade e de organização política que deveriam idealmente reger os projetos de assentamentos. Há expressões de violência de gênero que atingem diretamente a estrutura familiar e demonstram que o assentamento não significa necessariamente um espaço de iguais. O fato de as mulheres serem excluídas da titulação, salvo raras exceções, de terem seu trabalho, no lote produtivo ou como assalariadas, encarado como "ajuda", sem serem concedido direito de interferir nas decisões tomadas no assentamento, acrescido de atos opressivos dos maridos, pode descaracterizar tais estratégias.

Há, no entanto, ações de resistência à situação de deserdadas da terra levadas adiante por mulheres. Verifica-se sua atuação decisiva na construção de espaços de sociabilidade, mesmo por meio dos códigos sociais tradicionais. Há, também, iniciativas de agentes externos aos assentamentos, buscando a valorização da condição de mulher e a capacitação profissional desse segmento social.

Temos, pois, inúmeros elementos para afirmar que a relação das mulheres com os assentamentos não está definida aprioristicamente ou pela naturalização de sua exclusão.

"Idealizações"³ do modelo estatal de assentamento: mulher só entra em situações de exceção

O programa de assentamentos idealizado pelo Estado não corresponde com frequência ao que é posto em prática, nem implica o atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados. Em um jogo de expectativas e idealizações, no campo do Estado, à

3 Tomo de empréstimo de Delma Pessanha Neves (1995) o termo, recomendando sua análise das relações entre Estado e reforma agrária.

reestruturação formal do aparato institucional – prática que vem reeditar atos de uma cultura de desqualificação de organismos “viciados” como tentativa de justificar a falta de vontade política e as irrealizações no campo da reforma agrária (Neves, 1995) – segue-se uma complexa metodologia dirigida à construção dos assentados e à orientação dos padrões de sociabilidade e de organização política que deveriam reger os projetos de assentamentos.

Esse é o espaço da violência dissimulada por regras preestabelecidas no tocante ao que é certo e errado, o que pode e o que não pode. Por detrás das propostas “técnicas” de melhor alocação de recursos materiais e humanos, nunca há espaço de intercâmbio, troca de experiências ou expectativas.

Tais proposições, na verdade, dissimulam práticas autoritárias: “ao Poder Público corresponde o direito de deslocar pessoas ou de fundar uma nova vida social iniciada da estaca zero. Os beneficiários, apagados como atores sociais, conformar-se-iam à objetivação plena da vontade política dos idealizadores da boa sociedade” (Neves, 1995, p.188). As mulheres, situadas mais ainda à margem das propostas oficiais, não entram nessa construção. Sua presença é uma situação de exceção.

Prevalece, na idealização estatal do programa de assentamento, a concepção do assentado como um “desenraizado” que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica atribuída ao futuro agricultor. Na lógica da burocracia estatal, aparentemente apolítica, sustentada por critérios técnicos, o assentamento aparece como uma categoria datada, esvaziada de um processo de lutas, de violência, de experiências vivenciadas. Sugerem-se, na ampliação do aparato institucional, na proposta de novos organogramas, ações técnicas pretensamente não políticas, por parte do Estado, responsável pela alocação das populações e pelo rígido traçado das regras de vocação agrícola e de produtividade (Andrade et al., 1989).

Intenções de estimular a viabilidade econômica dos assentamentos – competência atribuída aos órgãos do Estado – são anunciadas, como se fossem, de fato, gerar ações. Aparências de mediações, como a experiência de um “orçamento participativo” levado a discussão em 1996, sugerindo alterações nas relações de poder, envolvendo desde o governo federal até prefeituras. Procura-se, portanto, mediante esse jogo de aparências, amparado no plano jurídico-formal, definir um programa no qual, em realidade, os beneficiários não teriam nenhum poder de decisão, destituindo-os de seu “caráter ativo” (Esterci et al., 1992, p.5-6).

As mulheres não é feita nenhuma ressalva em particular, mesmo porque o projeto do Estado é mediatizado, no mais das vezes, pelo patriarcalismo. Tendo por base a família do agricultor, o crivo estatal – pouco sensível para as mudanças que o passado de assalariamento pode ter causado nas relações familiares – procura reproduzir o modelo mais tradicional de organização familiar. Nova violência que, paradoxalmente, se desdobra, mais adiante, justamente pela incompreensão, por parte dos administradores dos projetos, dos padrões tradicionais que seus critérios – inconscientemente – denunciam e reforçam.

O programa de assentamento se baseia numa concepção de mudança do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados. Seja pela alteração nos padrões de sociabilidade e de formas de organização política, em que o associativismo aparece como fim em si mesmo, seja pela substituição dos paradigmas do saber prático e pela incorporação de técnicas agrícolas, em que o crédito subsidiado aparece como forma privilegiada, o assentado é pensado como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social. (Neves, 1995, p.187-8)

Esse encontro está vedado às mulheres. Sem ser titulares, não podem sequer pleitear o crédito. Mesmo quando são titulares – em sua maioria em virtude de uma impossibilidade legal do marido – acabam não tomando nenhuma decisão no tocante à organização da produção e reprodução social: as operações idealizadas e atribuídas ao futuro agricultor excluem as mulheres. Somente passam pelo crivo legal do cadastro em situações de exceção, ou seja, no caso das viúvas com filhos, ou quando for comprovada a impossibilidade do marido, que continua o “chefe da casa”, apesar de a mulher ser a titular do benefício.

Se o assentado, no plano formal e prático “está reduzido ao silêncio, porque excluído do debate que o torna personagem social e político” (Neves, 1995, p.194), a mulher nem entra na concepção estatal como sujeito virtual dos projetos de assentamento. Mais uma vez, procura-se excluir experiências anteriores, referentes à participação das mulheres no movimento de luta pela terra.

O autoritarismo das regras se revela igualmente no processo de seleção, problemático, decidido independentemente de uma discussão – com lideranças dos movimentos da luta pela terra – sobre o perfil dos ocupantes ou candidatos a uma área de terra. A presença das mulheres é pontuada na seleção, que privilegia o fato de o candidato a beneficiário ser casado, o que implica reconhecimento ou relativização do tratamento discriminado dispensado às mulheres. Tais práticas autoritárias desdobram-se na imposição das formas de organização da

produção, nas propostas impostas de ordenação do espaço reprodutivo, na suposição de que os assentados não teriam capacidade para se contrapor à teia de dissimulações do modelo estatal de assentamento, exclusão apresentada como natural no caso das mulheres.

A contramão das idealizações do Estado: mulheres bóias-frias presentes na luta pela terra

A transformação possível dos bóias-frias, homens e mulheres, sua constituição social em proprietários ou candidatos a uma área de terra na condição de assentados, não estaria nas previsões traçadas pelo Estado para o que deveriam ser os assentados, em termos de padrões esperados para maximizar a eficiência material nos programas de assentamentos.

Os bóias-frias, homens e mulheres, não teriam o perfil desejado para se habilitar econômica e politicamente para o acesso a um lote ou parcela de terra, nem reuniriam, em princípio, condições para viabilizar sua constituição como produtores agrícolas. Assentamentos formados por bóias-frias estariam, por tais atributos, destinados ao fracasso, predeterminação que tem sido contrariada pelo acompanhamento de experiências concretas de inserção de bóias-frias no movimento de demanda por terra e na construção de alternativas de um novo modo de vida no assentamento.

É certo que esse contingente emerge no cenário das políticas fundiárias num momento particularmente “quente”, de explosão social, caracterizado pelas mobilizações de 1984/1985 na região. Ao Estado, coube a iniciativa de “amortecer” o movimento, também por meio de uma política de assentamentos rurais. O propalado “desinteresse pela terra” como reivindicação, atributo imposto como parte da cultura do “ser bóia-fria” em virtude de sua inserção no mercado (mais ou menos formal) de trabalho, tem sido contrariado pela sua crescente inserção em cadastros ou movimentos dirigidos à ocupação de novas terras (Ferrante, 1992).

Impõem-se sobre os assentados ex-bóias-frias, homens e mulheres, elementos de violência dissimulada: além de ameaçarem a comunidade, passam a ser “olhados” como únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos assentamentos. Estigmas utilizados para criar ideologicamente a imagem de sua incompatibilidade com o cultivo da terra, como se a condição de bóia-fria, especialmente no caso da mulher,

fosse absolutamente incompatível com o saber/querer a terra. Estigmas produzidos para reforçar a tese, a nosso ver equivocada, de que a violência no campo teria sujeitos predeterminados.

Contrariando tais estigmas e a modelagem idealizada para os beneficiários, os bóias-frias entram como sujeitos desse processo, premidos por necessidades. Da formação dos primeiros núcleos, em 1985, participaram ex-bóias-frias, homens e mulheres, cuja decisão de adesão a um movimento de invasão da terra foi motivada pela fuga de estratégias patronais punitivas, como a inclusão de seus nomes nas "listas negras" de bóias-frias grevistas. Vontade de defesa, necessidade de sobrevivência.

Os bóias-frias assumem novamente esse papel, também, quando a terra aparece como alternativa ao desemprego estrutural crescente na região. A intensificação da mecanização do corte da cana, fato cabalmente constatado nos últimos anos, é um fator de instabilidade social na região. O aumento das mobilizações por assentamentos rurais, desde a eclosão da greve de Guariba (maio de 1984), só comprova essa (contra)tendência.

A luta pela terra, nesse aspecto, se coloca como consequência do processo selvagem de descarte de mão-de-obra. Em 1992, setecentas famílias voltam a ocupar o Horto Guarani, propriedade da Fepasa, em Pradópolis (a primeira ocupação ocorreu em 1985) e lá permanecem acampadas durante anos, como um sinal vivo de que os conflitos pela terra não arrefeceram. Em 1996, há novas ocupações na região, certamente no bojo do movimento nacional pela reforma agrária. Há, no presente, cerca de três mil cadastrados no Sindicato de Assalariados Rurais, índice expressivo do crescimento do movimento de luta pela terra. Em sua maioria, caracterizam-se como assalariados rurais desempregados da cidade e do campo que encontram, nessa forma de luta, estratégias de sobrevivência familiar. Centenas dessas famílias participam de acampamentos que pontilham a região. Existem, argumenta a Feraesp, terras ociosas na região que poderiam estar sendo ocupadas por cerca de oitocentas a mil famílias, processo que não se apresenta como isento de tensões e contradições, do qual participam homens e mulheres.

Em alguns casos, as mulheres assentadas ex-bóias-frias tinham sofrido violências no curso dos movimentos grevistas e punições por parte dos empresários. Mesmo sem estar junto aos maridos no momento de entrada na terra, haviam compartilhado dessa decisão e participado, com o sindicato, de reuniões preparatórias dirigidas à possibilidade de ocupação de terras públicas ociosas. Marca suas re-

apresentações a expectativa de viver, no assentamento, relações não construídas pela violência. Aparecem, igualmente, representações da terra como canal de acesso a um “tempo melhor”, identificado no plano da possibilidade de defender a comida, de poder ter criação e de poder cuidar dos filhos com maior tranquilidade.

Em outras situações – como no caso das famílias de Promissão, que depois vieram para o assentamento Bela Vista do Chibarro – as mulheres participaram do momento de ocupação e/ou invasão da terra, tendo sido extremamente forte sua presença no processo de constituição e sustentação dos acampamentos.

Nos momentos seguintes, o espaço de iguais desestruturou-se, ao se introduzir a vontade do Estado no comando das escolhas e exclusões dos beneficiários. A mulher sofre, nesse caso, duplamente uma exclusão que parece prefixar sua subalternidade nos assentamentos.

A modelagem imposta aos assentados ex-bóias-frias, homens e mulheres

Tratando-se de bóias-frias, cuja socialização originária já se deu dentro do intenso processo de migração campo-cidade, o fato de não se apresentarem com uma história de agricultores vivida em comum, mas terem vindo de um mercado de trabalho competitivo, modelador de individualidades fragmentadas, os desqualificaria dos atributos idealizados pelo Estado para os assentados. No tocante aos processos de constituição de papéis no interior desse movimento, o caráter de “ajuda” que sempre impregnou o trabalho da mulher pesa para constatar que esta nem chega a ser pensada como protagonista do processo de construção dos assentamentos.

Cabe ressaltar que os assentamentos nem eliminam a violência em suas formas diferenciadas de expressão, assim como a própria transformação de invasor ou demandante de terra em assentado(a) não se faz acompanhar de um atendimento das novas necessidades de reprodução que se apresentam. Há nessa transformação, cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades, novas formas de expressão de violência a sinalizar que a construção, pelo Estado, do projeto de assentamento e da figura do assentado não dissolve ou domestica as contradições.

Nos primeiros tempos, a voz de comando do Estado parecia soar soberana. O processo de seleção instituído foi e é problemático, por

privilegiar, por exemplo, a ocupação do trabalhador no momento do preenchimento do cadastro, sem resgatar, na pontuação, situações vivenciadas em sua trajetória.

Na fase de assentamento ocorre, às vezes, uma relação de “estranheza” com a terra que lhes é atribuída. Ao ser cadastrada, a família de trabalhadores rurais passa a sujeitar-se a uma série de regras fixadas para ela e não por ela. A escolha das culturas, a construção da moradia e da agrovila, a forma de explorar a terra são colocadas pelos “outros”. O imperativo “técnico” ignora qualquer regra de sociabilidade real, baseada na experiência, na história pessoal e coletiva do grupo de assentados.

Observam-se, no entanto, iniciativas de resistência, no mais das vezes em nome mesmo de um saber tradicional e das relações familiares e de solidariedade – que não necessariamente se estendem a todo o conjunto de assentados. Foi assim com os trabalhadores do núcleo IV da Fazenda Monte Alegre, que se recusaram a deixar a área provisória de moradia, instados que eram pelos agrônomos do DAF, cujo projeto previa uma agrovila em outra gleba. Ter abundância de água (já que o acampamento se situava às margens do córrego), morar próximo do parente e/ou amigo – reproduzindo a paisagem dos antigos bairros rurais – foram fatores determinantes nessa recusa. Até hoje os técnicos vêm com desconfiança o grupo – “com pouca produtividade”, argumentam os agrônomos –, mas também com o menor índice de evasão do projeto Monte Alegre.

O fato de se terem postos como iguais no momento da luta, sinal distintivo dos processos de conquista de uma área para assentamento, não significa necessariamente sua disposição de estruturarem-se coletivamente para a organização social da produção, mesmo porque a perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas submissão ao modelo cooperativo forjado nas instâncias do poder. A experiência de organização da produção levada a cabo pelos agentes oficiais nos assentamentos em questão foi marcada por fracassos que só ressaltam essa afirmação.

Ser cadastrado e adentrar a terra confere ao trabalhador um novo estatuto. Mais uma vez, a recriação de uma cidadania regulada de cima, na qual as mulheres, especialmente, sentem barreiras concretas. Ao mesmo tempo, eles adquiriram o direito, ainda que provisório, de ter a posse, de permanecer na terra, o que não os isenta de enfrentar problemas não só econômicos, mas também políticos. Obtida a terra, a partir de certo momento, coloca-se a provisoriedade. Ao mesmo tempo

em que os trabalhadores estão estruturados como cidadãos legitimamente ocupantes da terra, adentram uma rede de dificuldades, anseios, expectativas que podem ser frustrados no seu dia-a-dia e atingem diretamente a estrutura familiar.

Categorias de incerteza impregnam seu viver. Apesar de "terem a terra", não se sentem de posse dela totalmente, como "donos da terra". Esses trabalhadores revelam, em suas práticas, a impotência advinda de não poder interferir no ciclo de produção/reprodução, cujas determinações transcendem sua vontade e experiências individuais. No caso das mulheres, chegam a interiorizar o atributo de deserdadas da terra, por não saberem contra quem lutar. Impotência que não significa silêncio ou obediência a regras modeladas. Destacam-se, nesse cenário, figuras extremamente fortes, mulheres que conseguem – às vezes até de maneira peculiar – se firmar como titulares, garantindo produtividade em seus lotes. Vencido o círculo de ferro da discriminação, sucumbem, porém, diante do "dragão burocrático", que impõe, doméstica, oprime a todos os agricultores assentados.

Retrato de um mundo de relações novas, cujas fronteiras lhes são, às vezes, totalmente desconhecidas, as mulheres não participam da tomada de decisões na administração e no planejamento dos lotes. Não têm, em seu passado recente, experiências de um trabalho cooperativo, mas conviviam com a combinação das forças reguladas pelo tempo disciplinado; em muitas situações, as assentadas ex-bóias-frias nunca haviam tido oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito e a própria engrenagem mercantil. Têm, ainda mais, que ajudar a gerir seu próprio espaço, vindas de um tempo regido pelo olhar do outro, sem poder imprimir iniciativas próprias a essa gestão. Resultados aquém das expectativas das primeiras safras, mesmo que sejam constatados equívocos de encaminhamento por parte dos técnicos, são atribuídos à falta de competência dos assentados, dedução associada ao fato de terem sido bóias-frias.

As mulheres, sem terem sido, em sua maioria, diretamente modeladas pelas regras abstratas (e, muitas vezes, absurdas), arcam com o ônus das incertezas e da provisoriidade do viver no assentamento.

A mulher e o viver nos assentamentos

No trabalho, o caráter de "ajuda"

As decisões iniciais sobre produção coletiva, sobre o que plantar não passaram, como já afirmamos, pelos assentados, muito menos pelas mulheres. Nas decisões de reinversão do processo de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, entretanto, há expressões da rejeição dos atributos propostos para os assentados e da afirmação de sua não-passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas opiniões da mulher – pode ser encarada como uma forma de resistência, aliada à rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas, em sua grande maioria, da elaboração do projeto produtivo, as mulheres encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Grupos divididos, produção individualizada: a mulher não participa, em maioria, do trabalho no lote produtivo. Muitas o fazem nos finais de semana. No caso das titulares, há poucas que efetivamente comandam o trabalho no lote. Há freqüentes reclamações das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido. "É sempre uma tarefa vista como ajuda, por mais pesado que a gente trabalha", desabafa uma assentada. "Não posso pedir crédito, nem mudar qualquer decisão dos homens." "Cumpro o que já está determinado, o que não é muito diferente do trabalho vigiado que tinha como bóia-fria", é o depoimento de outra mulher que vem atestar que o trabalho no assentamento não elimina, necessariamente, relações de constrangimento, podendo continuar a ser "vigiado".

O retrato dessa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva é subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote; em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas mais ou menos dissimuladas da violência de gênero.

A "ajuda", no entanto, embora seja qualificada como subsidiária, do ponto de vista quantitativo, pode, às vezes, ter inversamente o peso maior. Como estratégia familiar, presente desde o tempo de acampa-

mento, a busca de recursos fora é indispensável para viabilizar a manutenção da luta. Já na condição de assentadas, as famílias não podem prescindir de outro recurso monetário livre, a não ser o crédito de fomento, que significa um dinheiro muito caro na hora de quitar a dívida no banco. Aí, a renda das mulheres ou filhos (dependentes) que vão cortar cana, colher laranjas ou fazer faxina na cidade acaba por fazer uma grande diferença, sobretudo em situação de colheita frustrada.

Um registro com ricas implicações, que pode bem ilustrar tais considerações, data da experiência de trabalho coletivo na primeira safra do núcleo II da Fazenda Monte Alegre. A proposta original dos técnicos, "consensual" na assembléia de trabalhadores, foi a de computar o dia trabalhado de cada pessoa. Famílias com um grande número de braços, no entanto, revezaram-se no trabalho "coletivo" e no assalariamento fora.

De acordo com cada arranjo familiar, marido, mulher ou filhos buscaram um recurso extra que, mais tarde, é pomo de discórdia entre os assentados. É o surgimento dos chamados "marajás" no assentamento: famílias com recursos para viabilizar a produção mais individualizada que acabam por gerar polêmica. Pesa sobre isso, ainda, a má distribuição dos recursos provenientes da safra colhida, que não respeitou a proposta inicial, mas se baseou – em virtude das pressões das famílias mais fortes – numa simples divisão equânime por família. Quem apostou no trabalho coletivo realizado no assentamento e investiu ali mais braços da família, acabou se sentindo, com razão, prejudicado.

Além do trabalho para fora representar sempre mais do que a "ajuda" alegada, a atividade criatória e mesmo algum cultivo realizado no quintal, espaço doméstico primordialmente feminino, garantem um ganho em termos de ração alimentar que, não raras vezes, tira a família assentada de uma situação crítica nesse aspecto.

Repetidos anos de mau desempenho nas culturas comerciais, dívidas bancárias que consomem todo o ganho na comercialização do milho, da soja e outros grãos, de fato ameaçaram os assentados. Um quintal "bem cuidado", às vezes labor de um homem, é verdade, saltava aos olhos tanto de pesquisadores quanto dos técnicos mais sensíveis. No caso do núcleo IV da Fazenda Monte Alegre, a recusa em se transferirem para uma área "seca" garantiu aos assentados uma dieta mais rica em verduras e legumes – além de peixes do córrego. A experiência de diversificação das culturas nos projetos de assentamento, vivenciada nos anos mais recentes, tem feito aumentar a participação da mulher no trabalho agrícola, conforme apresentaremos adiante.

É nesse terreiro rico em plantas que se re-constroem o compadrio e a vicinidade, próprios da sociabilidade rural, tão importantes para reverter o "estranhamento" dos primeiros tempos. Levantar um barracão, instalar uma farinheira rústica, fazer uma festa... as mulheres e as crianças – quase sempre excluídas dos processos decisórios que envolvem a produção comercial, o trato com os bancos e com os órgãos públicos gestores dos projetos de assentamento – são, aí, as tecelãs de uma rede de relações que, em muito, dá sentido à vida nesse novo espaço.

Nos confrontos, nas decisões políticas

Nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, mulheres e política parecem viver em rota de colisão. No entanto, conflitos familiares, problemas com filhos que não querem trabalhar na terra e discussões sobre o encaminhamento dos grupos de produção são marcados fortemente pela presença das mulheres, traduzindo-se em suas representações acerca de sua experiência.

No caso do consórcio da cana-de-açúcar, projeto que se tentou levar adiante na Monte Alegre com o patrocínio do próprio prefeito de Motuca, interessado em se apresentar como bom-patrão, ocorreu diversidade de posições entre as mulheres. Algumas viam na condição de consorciado e na proteção sinalizada pelo prefeito bom-patrão maior segurança para permanecer na terra. Outras resistiram, alegando, entre outros fatores, a perda total de autonomia para diversificar a produção. A cultura da dádiva que se faz presente na relação dos assentados com o poder local tem, nas mulheres, expressões de recusa e de aceitação.

Não poucas vezes, o andamento dos grupos de produção (organização que sucedeu o trabalho totalmente coletivo na Monte Alegre) sofreu influência de problemas entre famílias, tendo mulheres como co-participantes. No núcleo I, a inimizade entre antigos compadres levou a um entrevero que deixou uma mulher ferida.

O zelo para com a família, que tem na mãe seu símbolo maior, encontrou em uma assentada desse mesmo núcleo um exemplo paroxístico. Dona Sebastiana Pereira cuidava de filhos, sobrinhos e netos, "gerenciando" a maior família do projeto Monte Alegre. Dois de seus filhos tiveram papéis fundamentais no processo de assentamento. Um deles, Luís, foi representante, um dos poucos filiados ao PT num espaço onde outros grupamentos políticos dirigiam politicamente a luta. Entrou em conflito com a direção do STR de Araraquara, o que deu

início a uma cisão que marca até hoje o perfil político-organizacional do núcleo I.

Um segundo filho de dona Sebastiana, Donizeti, foi o primeiro assentado a se eleger vereador na região, no primeiro pleito municipal da recém-emancipada Motuca. A estratégia clientelista do primeiro prefeito eleito na cidade, um usineiro então no PFL, levou a que o jovem vereador petista se aliasse ao Executivo municipal. A proposta de plantio de cana marcou o mandato de Donizeti e teve, em sua mãe, uma ferrenha defensora.

Havendo a possibilidade de a usina de Motuca se associar (num arrendamento disfarçado) aos assentados, a Feraesp reage, intensificando o conflito entre partidários do sindicato e aliados do prefeito. Brigas, muita discussão e todo um jogo de pressões feitas à Secretaria da Justiça e Cidadania – que subordina o DAF – se seguiram. Três anos depois, o projeto de plantio de cana não vingou, Donizeti Pereira saiu do assentamento e não disputou a reeleição. Em seu lugar, talvez como única figura ainda portadora de alguma legitimidade, candidatou-se dona Sebastiana, sua mãe. Ela perdeu a eleição e, poucos meses depois, faleceu.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, em um confronto motivado pela interferência de órgãos do Estado ao transferir famílias de outros locais em vez da convocação das famílias classificadas, as mulheres dos assentados se posicionaram frontalmente contra o Incra. Buscaram nas assembléias e nas falas reinverter os atributos de que a política era um espaço masculino. Nesse momento, destaca-se a liderança de uma mulher, cuja imagem empunhando uma espingarda em sinal de prontidão para o enfrentamento marca o registro da equipe de pesquisadores que, durante anos a fio, acompanha o processo de assentamento.

Essa mesma liderança, dona Maria, chegou a formar um grupo de mulheres de expressão, buscando interferir na construção desse novo modo de vida. O esvaziamento desse grupo se deu talvez pela falta de um projeto de longo prazo para o mesmo, sempre disponível numa situação conjuntural de disputa interna e pressão perante os órgãos mediadores. Não se pode negar, no entanto, que um outro fator determinante foi a pressão dos maridos, incomodados com as manifestações de independência das esposas. Há ainda a acrescentar que, no caso de uma liderança feminina significativa como dona Maria, sua adesão a um movimento religioso de natureza pentecostal a afastou das questões internas do assentamento, levando-a a uma atitude de resignação.

São expressivas, na história desse assentamento, manifestações de recusa por parte das mulheres. No assentamento Bela Vista, as mulheres chegaram, certo tempo atrás, a impedir a continuidade da eleição do seu representante, por estarem excluídas da possibilidade de votar. Participaram igualmente da organização da invasão dos escritórios do DAF em um episódio relativo ao plantio de cana na Bela Vista e em outras situações, nas quais o crédito e outras promessas não se concretizaram. Se o Incra e os órgãos estaduais que coordenam tais projetos reproduzem, em suas decisões, o viés patriarcal subjacente ao modelo estatal de assentamento, a realidade desse novo modo de vida desmente a lógica burocrática. A mulher é distribuidora do principal bem de que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem, no assentamento, reconhecidos seus direitos.

A definição de uma fórmula política interna na Bela Vista, com um representante eleito diretamente e uma comissão representativa dos grupos organizados (cooperativa, associações), se deu num momento de intensa participação das mulheres, dessa feita lideradas por um grupo oriundo do assentamento da Fazendas Reunidas, na região de Promissão. O "grupo de Promissão", como foi chamado, esteve do outro lado do conflito que revelou a importância das mulheres na linha de frente, contra o Incra. Tratadas como indesejadas, essas 29 famílias se uniram e lograram derrubar a hegemonia da Feraesp no assentamento.

Enquanto os homens se organizavam numa associação de produtores, as mulheres se associaram e criaram a Associação Feminina "Mulheres Trabalhando". Contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, esse grupo feminino garantiu algumas conquistas que melhoraram a vida no assentamento (nas áreas de saúde e transporte) e interferiram diretamente na reorganização do poder interno, quando um assentado do grupo de Promissão, pela primeira vez, foi eleito representante do assentamento.

Atualmente, nas reuniões e nas assembléias, as mulheres colocam-se perto das portas, como se de fato estivessem prestes a sair de um espaço que não é o seu. Na última escolha dos representantes, na qual, paradoxalmente, ganhou o assentado que há tempos tentou levar adiante o plantio de cana no assentamento, as mulheres tiveram pouca expressão. Esse refluxo se deve em boa medida à manipulação sofrida pela principal liderança do grupo de mulheres, que foi tornada,

pela prefeitura de Araraquara, uma espécie de representante oficiosa, em troca de um apoio incondicional ao partido do prefeito.

A posição assumida por essa mulher, reproduzindo ações típicas de uma cultura clientelista, e, sobretudo, seu comportamento político-partidário explícito de propaganda para o PMDB acabaram por gerar impasses e uma reação contrária das próprias mulheres – em dimensão significativa – à submissão e ao atrelamento do assentamento às rédeas do poder local. A derrota desse partido no pleito municipal de 1996 determinou o ocaso dessa líder que, enfraquecida politicamente, chegou a adoecer.

O recuo diante da violência doméstica

As mulheres, em várias situações, como reafirmamos, lutaram contra o patriarcalismo presente nos critérios de seleção propostos pelo Estado que veda à mulher a condição de ser ela própria cadastrada e assentada, a não ser em situações em que prove ser chefe da família. Lutaram, com sucesso, para participar da escolha das lideranças internas, reinvertendo o atributo de que a gestão dos núcleos era um espaço exclusivamente masculino. No entanto, observa-se que sua presença é marcada pela intermitência.

Tomaram a liderança na reivindicação aos segmentos do poder público municipal. Discutiram, em associação, estratégias produtivas e reprodutivas de permanência na terra. Em muitas situações, os maridos cercearam a participação das esposas em reuniões, assembléias e organizações, tornando-se esse um dos principais motivos de brigas conjugais.

A predisposição para o conflito, o debate próprio da ação política, ameaça a “moral” da mulher: muitas delas, quando assumiam a posição de líder ou representante, tinham que falar com muita gente, ir sempre à cidade, sozinhas ou com um grupo do qual o marido muitas vezes não participava. Qualquer descontentamento com as opiniões das mulheres já abria margem para uma série de difamações, no bar, nas ruas da agrovila, no campo de futebol. Logo os maridos pressionavam suas mulheres para que não participassem mais das reuniões e – se fossem líderes – abdicassem dos cargos assumidos. Muitas vezes esse conflito conjugal degenera em ameaças.

Ameaças agravadas, como em casos de alcoolismo por parte dos maridos, levaram as mulheres, em proporção significativa, a recuar em sua luta pela ocupação de um espaço nos assentamentos. Muitas

desistiram da caminhada. Outras voltam, com frequência, à situação de assalariamento anteriormente vivida, às vezes como forma de ampliar a renda e permanecer na terra, mesmo sabendo que estão excluídas de sua titularidade ou da possibilidade de se libertar de um jogo autoritário.

A resistência no campo jurídico

A titulação regularizada para cerca de 150 famílias da Fazenda Monte Alegre em outubro de 1995 – exatamente dez anos após a constituição do primeiro núcleo – em nada mudou a situação de subalteridade das mulheres. Poucas mulheres receberam o título. O problema agrava-se nos casos de separação dos casais: na questão da partilha dos bens, legalmente, a mulher fica sem nenhum direito. Mesmo sofrendo formas diferenciadas de violência, se ela quiser se separar, tem que abrir mão da experiência acumulada no movimento de lutar para viver na terra, materializada na conquista da casa, do lote produtivo, dos direitos de ter, na terra, uma nova forma de vida.

Deserdadas da terra, resta-lhes, em casos de separação, o recurso judicial, decisão a que recorrem sob ameaças, pressões e mecanismos diretos e simbólicos de violência. Conhece-se apenas um caso de uma mulher assentada que, enfrentando barreiras e estigmas, entrou na justiça, após a separação, para fazer valer seus direitos. Apesar de o processo estar em tramitação, este representa, sem dúvida, um significativo indicador de que a exclusão não é uma condição naturalizada, mas pode levar a outras expressões de recusa ao modelo estatal alicerçado por atributos patriarcais de passividade.

Expressões de recusa ao modelo estatal: retratos da presença da mulher

Estratégias familiares e a construção de espaços de sociabilidade

Estudos têm demonstrado que a solidariedade no trabalho na terra e a interação de grupos de parentesco conseguem, por meio da extensão da rede familiar, consolidar uma estrutura interna a partir de “cô-

digos de re-conhecimento social" (Barone, 1996). Em todos os núcleos, vários beneficiários, titulares de lotes, mantêm laços de parentesco, criando-se um circuito de relações familiares para além do cadastro oficial. Se essa instância escapa ou não se enquadra na constituição idealizada para os assentamentos, ela efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhos da burocracia estatal, inexistem tais relações. Sua presença marca, no entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A mulher, por sua vez, tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra.

Nos projetos da Fazenda Monte Alegre, o núcleo IV é o que se comporta de forma mais estável no decorrer dos anos, no tocante ao movimento de entrada e saída de famílias. Embora isso seja constatado, na opinião atual dos técnicos, esse núcleo não apresenta um bom desempenho econômico. A atribuição de maior estabilidade não significa, no entanto, que os assentados do núcleo IV tenham constituído um agrupamento social e político passivo. Ao contrário, mostram, por meio de estratégias familiares, a possibilidade de o assentamento, em outros lugares, espaços e práticas sociais, ser uma unidade de resistência.

Formado em sua maioria por ex-bóias-frias, militantes das greves de Guariba, alguns com experiência anterior de arrendamento, o núcleo IV conseguiu retirar, de todos os vários interesses existentes, uma forma de auto-organização, dando ao grupo condições necessárias para uma experiência até agora bem-sucedida. Para isso, contou significativamente o fato de terem recuperado dimensões de uma sociabilidade própria das comunidades rurais tradicionais – tais como relações de compadrio –, que tem alimentado as possibilidades de convívio em um espaço de iguais, prática comandada pelas mulheres. O fato de gerirem os problemas internos sem a necessidade de interferência do sindicato ou dos técnicos coloca os assentados em uma posição de força diante desses mediadores.

A resistência do núcleo IV à mudança para a área da agrovila – espaço geográfico mais facilmente controlável, elemento de fragmentação entre o espaço produtivo e o reprodutivo – marca a rede de estratégias utilizadas para não aceitar imposições. Imposta por um plano técnico proposto pelo Estado, as agrovilas, expressão de autoritarismo do modelo estatal, apresentam aspectos da "desruralização" relevadora de controles. Nas representações das mulheres, a agrovila não aparece associada à casa; ao contrário, é associada à imposição e à decisão de outros. O núcleo IV, negando-se a esse enquadramento – na verdade, a uma transposição ineficaz para os assentados de um mo-

delo urbano –, recriou, dos pontos de vista espacial, cultural, econômico e político, caminhos para empreender uma mudança significativa em seu modo de vida, pondo em prática processos cooperativos com base em seu próprio projeto, não no de outros.

É interessante salientar que os índices de evasão são muito menores, quase nulos, nos núcleos onde se mantém parcialmente um projeto de cooperação nutrido por experiências comuns vivenciadas ou recuperadas num tempo anterior. Práticas a se contrapor a manifestações de violência, à modelagem associativista imposta pelo Estado aos programas de assentamentos, nas quais as mulheres têm papel importantíssimo.

O circuito de recusa aos modelos de associativismo acaba por ter consequências na reordenação da produção. A busca de priorizar a produção de grãos, presente nos primeiros anos de trabalho na terra, foi cedendo terreno para outras alternativas. Hoje, a produção que parece mais lucrativa nos assentamentos é a pecuária (a de leite superando a de corte), presente em todos os núcleos, até mesmo no de número V, o mais recente. Nessa atividade, cabe à mulher, com mais frequência, tocar o gado, ficando o marido com a tarefa de tirar o leite. Pouquíssimas famílias se dedicam à horticultura, já que esse trabalho depende da abundância de água e da capacidade de se instalar algum sistema de irrigação. A sericicultura (produção de casulos de bicho-da-seda) também está presente, se bem que mais localizada no núcleo IV, com participação crescente das mulheres.

A fruticultura vem ganhando crescente espaço. Estão sendo cultivadas, em larga escala e por quase todos os assentados, mudas de frutas, especialmente a manga, o limão e a poncã. Uma produção de subsistência tem lugar nos quintais dos lotes de moradia. Observa-se também em alguns quintais a substituição de hortas e pequenos pomares por pastos e estábulos. A produção de grãos é realizada apenas para o autoconsumo, se bem que, em sua maioria, seu cultivo seja realizado por sítiantes da região que arrendam os lotes das famílias assentadas (prática irregular, mas persistente em todos os núcleos). Além dessas culturas, apenas a mandioca aparece como relevante, sendo uma parte destinada para o consumo e outra, para a venda. Nessa mudança de atividades produtivas, as mulheres acabaram tendo maior espaço no trabalho.

No assentamento Bela Vista, as dimensões são distintas. Há menor diversificação da produção e pequena participação das mulheres no trabalho no lote produtivo e na gestão de estratégias familiares. Nessa experiência, as mulheres se destacam na organização das fes-

tas juninas, das quermesses, dos núcleos de sociabilidade. O trabalho conjunto no tempo de festa não tem necessariamente continuidade no cotidiano. Entretanto, pode-se admitir que as estratégias familiares expressam uma recusa aos padrões de sociabilidade idealizados pelo modelo estatal de assentamento.

É crescente – e digno de um aprofundamento que a pesquisa em andamento busca realizar – a presença de religiões evangélicas nos assentamentos. No caso da Bela Vista, essa presença já se institucionalizou até mesmo em associação. As relações de gênero, dentro desse novo espaço social, são questões inquietantes que motivam os investigadores nesse renovado esforço de interpretações da realidade.

É interessante salientar, também, que as estratégias familiares têm uma marcante consistência nos assentamentos formados, em sua maioria, por ex-bóias-frias: os da Fazenda Monte Alegre, cujo índice de presença de ex-assalariados rurais varia de 65% (núcleo II) a 90% (núcleo IV), o que nos leva a reforçar a hipótese de que os bóias-frias não são sujeitos desenraizados. Na reconstituição de sua trajetória, os bóias-frias relatam fatos e relações de uma memória coletiva progressivamente esfacelada nas fronteiras vigiadas de seu tempo de vida e de trabalho; mostram, nas experiências de assentamento, que não há incompatibilidade entre ser bóia-fria e reconstruir práticas de solidariedade e sociabilidade próprias de comunidades camponesas.

Nessa reconstrução, as mulheres têm o comando, assim como quando parecem estimular o casamento entre filhos de assentados (seus filhos), o que pode ser um mecanismo acionado para garantir a perpetuação na terra – ou, até mesmo, um artifício para aumentar a área da família. Todo tipo de “parentesco simbólico”, como o compadrio, é largamente observado nesses assentamentos, o que julgamos ter os mesmos objetivos. Trabalhamos com a construção de estratégias familiares mediadas por relações culturais, práticas de sociabilidades, aceitando que, nos assentamentos investigados da região, não se pode falar propriamente em agricultura familiar.

Uma experiência coletiva com mulheres: a costura industrial

Estratégias são criadas e recriadas em um circuito ampliado de formas organizativas de resistência. A mais recente talvez seja uma experiência de capacitação profissional em costura industrial para um grupo de mulheres na Fazenda Monte Alegre I. No início de 1995, essas

mulheres, em reunião com a direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, apresentaram a proposta de constituição de espaços alternativos e diferenciados de trabalho para elas e para os adolescentes. Necessidade de usar o tempo ocioso, dado que a atividade agrícola desenvolvida nos assentamentos não ocupa, na maioria das vezes, o conjunto da família no trabalho. Foi organizado um curso profissionalizante de costura industrial com o objetivo de implantação de uma fábrica de confecção de roupas no referido assentamento. A busca de uma ocupação permeia o cotidiano dessas mulheres. Na prefeitura de Motuca, o estigma imposto aos assentados e assentadas de serem incompetentes e desordeiros pesou fortemente. Foram maltratadas, o que lhes causou sentimento de indignação e de revolta (Silva, 1996).

O curso de costura se apresenta como uma estratégia possível de responder aos desafios da reestruturação produtiva em desenvolvimento, criando instrumentos geradores de trabalho e renda. Essa experiência demonstra a não-existência de fronteiras entre atividades tidas como rurais e/ou urbanas no espaço dos assentamentos.

Tornava-se necessário, então, encontrar parceiros. O Senai de Araraquara aprovou dois projetos, colocando à disposição do grupo a experiência e o conhecimento técnico acumulado, o que significou concretamente o pagamento das despesas com a monitora e a socialização dos conteúdos programáticos para os referidos cursos. Ao sindicato, coube a coordenação política e pedagógica do processo. Setenta e cinco pessoas se inscreveram para a realização do curso, vindas das cinco áreas do assentamento da Fazenda Monte Alegre.

A experiência fortaleceu a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação entre os espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos. A tentativa de organizar o trabalho de forma mais flexível, buscando-se romper com paradigmas de padrões de produção, é, sem dúvida, expressão das estratégias de recusa ao modelo estatal de assentamento. A criação de uma rede de pessoas envolvidas no processo de produção e comercialização está em gestação. Discutem-se mecanismos que poderiam levar a formas coletivas de controle e de gestão desse processo de produção.

Há, nesse aspecto, em pequena escala, uma re-elaboração do coletivo imposto nos tempos iniciais pelo Estado. Entretanto, não há como apagar as diferenciadas individualidades que se fazem presentes nessa experiência, atravessada por uma multiplicidade de conflitos de ordem pessoal e política. Desafios a nos mostrar a necessidade de acompanhar, passo a passo, alternativas que homens e mulheres bus-

caram para construir espaços sociais e encontrar formas de gerar trabalho e renda nos assentamentos.

Concluindo...

Passamos em revista experiências diferenciadas. As respostas do Estado oscilam em um terreno de omissões, irrealizações e expressões de violência programada. A ausência de uma inserção mais efetiva dos órgãos públicos, a falta de equipamentos coletivos necessários à reprodução das condições de vida social perpassam o dia-a-dia de dificuldades de homens e mulheres. Na relação com o poder local, prevalece uma política clientelística episódica que acaba por reforçar a "exclusão" imposta aos assentados. Na construção de relações de reciprocidade mediadas pelo clientelismo (Palmeira, 1989), no caso do assentamento Bela Vista, as mulheres têm sido elementos-chave, especialmente nos períodos eleitorais. Reproduzem-se de forma direta relações de clientela, na base da reciprocidade. "As trocas envolvem o voto e demandas dos assentados que vão desde interesses particulares, como acesso a médicos e hospitais, até benesses mais coletivas" (Cabaniha de Souza, 1996, p.10).

Mais recentemente, a titulação para assentados da Fazenda Monte Alegre ocorreu em um momento crítico da relação entre o governo estadual e o movimento dos sem-terra, acirrado por prisões e ações políticas que tiveram profunda repercussão na sociedade civil. A titulação aparece, nesse contexto, como expressão da boa vontade do Estado em solucionar conflitos envolvendo a posse da terra, mediante uma lógica de reciprocidade empenhada em dissimular a violência presente nas ações dos fazendeiros respaldadas por atos do Judiciário. A titulação aparece mais como retrato da cultura da dádiva, que tem sido, em distintos tempos, alimentada pelo Estado como forma de dissimular focos de resistência. A titulação da terra não mudou efetivamente a situação de abandono e as dificuldades enfrentadas pelos assentados, nem alterou a exclusão imposta às mulheres. Aqueles que têm conseguido viver na terra o fazem, em dimensão significativa, por força de estratégias familiares.

Procurando estabelecer um equilíbrio entre duas lógicas que se fazem presentes na organização dos projetos de assentamentos – uma presidida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, outra constituída pelos assentados, homens e mulheres, na orientação de suas ações –, a resposta paternalista do Estado tem que ser com-

preendida em um complexo quadro de conquistas, revoltas e tentativas de dissimulação da violência.

Na re-invenção dos assentados de formas para viver na terra, é importante salientar que a composição da renda por meio de outras atividades produtivas rurais ou urbanas parece depender essencialmente da mulher. Ao homem, cabe assumir a responsabilidade pelas decisões de comercialização, de organizar, de gerenciar o lote, contabilizando as diferentes e possíveis fontes de renda (Castro & Cappelin, 1996).

As atribuições masculinas e femininas não têm, em todos os momentos da vida dos assentamentos, fronteiras rígidas. Há relativa colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote.

O fato de as agências técnicas exigirem, no presente, a assinatura do casal para completar operações de crédito e de financiamento contribuiu para esse planejamento conjunto. Mais uma vez, uma exigência externa a se impor, o que não significa que as mulheres passaram a ter efetivamente poder de decisão. "A última palavra é do homem", repete-se em vários depoimentos colhidos. Muitas vezes, após a assinatura conjunta de um compromisso diante das instituições que interagem nos assentamentos, a volta ao espaço doméstico se dá em um clima conflituoso de tensões, ameaças e formas dissimuladas ou explícitas de violência.

Assinar em conjunto representa a aceitação de regras impostas. O pacto quebra-se no âmbito doméstico/familiar. Embora as situações sejam diferenciadas, a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões.

Assentados, relações de poder, formas de violência de gênero e perspectivas de reversão da presente exclusão social não são, pois, situações predefinidas, ou capazes de serem resolvidas por receituários. Delineiam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os assentados, homens e mulheres, ex-bóias-frias, para os "mediadores" e para o Estado, que se fazem presentes no campo de lutas investigado, enquanto virtualidades, não definidas por critérios estruturais ou identidades internalizadas.

FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. Men and women in the settlements: violence, refusal and resistance on the building of a new life. *Perspectivas* (São Paulo), v.20/21, p.121-147, 1997/1998.

- **ABSTRACT:** *This paper deals with the building of experience in the rural settlements in relation to the conflict between the demands of the state project and the attempt of creating a new way of life by the settled workers. The tensions created in such a conflict are due to develop acts of violence in the routine of every day and also in the relations of family and gender and of production (or in the family, gender and production relations). There is also on the part of women some episodes of refusal and resistance to what is imposed on them.*
- **KEYWORDS:** *Rural settlements; relations of gender; rural social; social rural relations; social movements in the country; way of life.*

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M., PEREIRA, C. A., NOBRE, M. *Coletivização: um projeto para os camponeses* (primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de Reforma Agrária). São Paulo: CEDI, 1989. 32p. (Mimeogr.).
- BARONE, L. A. *Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Araraquara, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- CABANILHA DE SOUZA, I. Política local e assentamentos: clientelismo, subordinação e reprodução. In: ENCONTRO NACIONAL DO APIPSA, 18, 1996, Campina Grande.
- CASTRO, E. G., CAPPELIN, P. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais. Algumas reflexões a partir de três estudos de casos. In: ENCONTRO NACIONAL DO APIPSA, 18, 1996, Campina Grande.
- CENSO DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1. *Anexos*. Brasília: UnB, DataUnB, 1996.
- ESTERCI, N. et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária* (Campinas), v.22, n.3, 1992.
- FERRANTE, V. L. S. B. *A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias*. Araraquara, 1992. 589p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. A aventura de pesquisar assentamentos rurais: dilemas da multidisciplinaridade e do pluralismo teórico. In: ADORNO, S. (Org.) *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995a.

- FERRANTE, V. L. S. B. Las trabajadoras bóias-frias en la lucha por la tierra en Brasil. In: FLORES, S. M. L. (Org.) *Jornaleras, temporeras y bóias-frias: el rostro femenino del mercado de trabajo en América Latina*. México: Nova Sociedad, 1995b. p.193-207.
- FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Coord.) *Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: UNESP, 1995. 488p.
- NEVES, D. P. Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. *Reforma Agrária* (Campinas), v 25, n.1, 1995.
- PALMEIRA, M. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. In: ANAIS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE, 4, 1989, Salvador. *Anais do IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. 1989. v.1.
- SILVA, L. A. Terra, trabalho e cidadania: novos significados para a ação sindical. *Retratos de Assentamentos (Araraquara)*, UNESP, v.3, 1996. (No prelo).

Bibliografia consultada

- ALMEIDA, A. W. B. de. Conflitos sociais no campo e cidadania. In: FAJARDO, E. (Org.) *Em julgamento a violência no campo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANTUNIASI, M. H. et al. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. *São Paulo em Perspectivas*, v.7, n.3, 1993.
- BARONE, L. A., FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. P. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19, 1995, Caxambu.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p.225-36.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B., D'AQUINO, T. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1990.
- BRUNO, R. UDR: os sem-terra dos patrões. In: ENCONTRO DO PIPSA, 12, 1988, Botucatu. *Anais do XII Encontro do PIPSA*. Botucatu: UNESP, 1988. v.4, p.1598-652.
- _____. A besta-fera da modernidade. *Tempo de Presença (Rio de Janeiro)*, v.11, n.239, p.10-2, 1989.
- CENSO da Reforma agrária no Brasil, I. *Relatório Final*. Brasília: UnB/DataUnB, 1996.
- COSTA, V. M. H. M. et al. Trajetórias de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) *Retratos de Assentamentos (Araraquara)*, UNESP, v.1, n.1, 1994.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo*. 1990. Goiânia: Loyola, 1991.

- ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERRANTE, V. L. S. B., SILVA, M. A. M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas* (São Paulo), v.11, 1988.
- FERRANTE, V. L. S. B. A proletarianização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. *Cadernos de Sociologia, Natureza, História e Cultura*, UFRGS, v.4, p.69-76, 1993.
- _____. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, L. et al. *A problemática dos assentamentos: uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994. p.127-44.
- _____. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos bóias-frias. *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo), SEADE, 1994.
- _____. La lucha por la tierra tiene dos sexos. In: XIMENA, V. S. et al. *Mujeres: relaciones de genero en la agricultura*. Santiago de Chile: Sociedad Impresora La Union, 1995. p.13-40.
- GOMES, I. Z. *A (re)criação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade*. São Paulo, 1995. 237p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. São Paulo: Zahar, 1981.
- MARTINS, J. de S. *Exploração e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1988. p.11.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NEVES, D. P. Reforma Agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. *Reforma Agrária (ABRA)*, v.25, n.1, 1995.
- SANTOS, J. V. T. Agroindústria e lutas sociais: a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto. *Ensaio FEE (Porto Alegre)*, n.2, 1989.
- _____. Lutas agrárias e cidadania. In: VIOLA, E. J. et al. (Org.) *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: UFSC, 1989.
- _____. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1991.